



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 20 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Prejuízos	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Receita Federal	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Unificação do ICMS preocupa Sindifisco	4
ECONOMIA	
A CRITICA sim & não	5
OPINIÃO	
A CRITICA Aniversário que repercute	6
ECONOMIA	
A CRITICA Prejuízo de R\$ 150 mi	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Unificação do ICMS no país pode ameaçar PIM	8
AMAZONAS EM TEMPO Empresas multadas por infrações trabalhistas	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Empresas multadas por infrações trabalhistas (continuação)	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Perda com paralisação de auditores chega a US\$ 150 mi por dia	11
ECONOMIA	

CAPA

Sindifisco teme perda de competitividade na ZFM

O Projeto de Resolução nº 72/210, que unifica em 4% as alíquotas do ICMS sobre os produtos importados deixa

entidades de classe preocupadas com o efeito que a medida poderá causar na competitividade da indústria incentivada do PIM.

De acordo com o presidente do Sindifisco, Joaquim Corado, o dispositivo traz iminente risco à competitividade em relação aos

produtos aqui fabricados, notadamente, os do polo eletroeletrônico, que possuem quociente de importação. "Como está a redação

do PRS, o Amazonas deverá praticar a alíquota interestadual fixada pelo Senado juntamente com os demais Estados", afirma.

Página A8

Prejuízos

Foto: Walter Mendes



Wilson Périco, presidente do Cieam

Entidades preocupadas com greve de auditores

Entidades da indústria local, como o Cieam temem uma greve dos auditores fiscais da Receita e tentam mediar com o governo federal.

Receita Federal

Indústria ajuda a pressionar governo

Empresários exigem que representantes do Executivo sentem à mesa para negociar com os auditores fiscais

Juliana Geraldo

O perigo iminente de greve dos auditores fiscais da Receita Federal e os consequentes prejuízos operacionais e financeiros para o PIM levaram entidades da indústria em Manaus a encaminhar na última quarta-feira (18), carta ao Ministério do Planejamento, à Casa Civil e à Presidência da República, na tentativa de mediar uma negociação entre o governo federal e a categoria, que reivindica reajuste salarial e melhores condições de trabalho.

"A paralisação parcial ou total da atividade de fiscalização nas alfândegas atinge não apenas o faturamento das empresas instaladas no PIM, mas também a geração de emprego e renda e a própria arrecadação tributária do governo", defendeu o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

De acordo com o consultor de empresas japonesas no PIM e ex-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas, Teruaki Yamagishi, o temor maior do segmento industrial é a paralisação parcial ou total das empresas que dependem que os insumos sejam liberados para dar continuidade à sua produção.

"Mesmo não concordando com o excesso de insumos vindos do exterior é inegável que a maior parte deles chega ao PIM por importação. Os componentes são necessários para produzir tudo, por isso nos assusta o



Setor produtivo teme a paralisação parcial ou total das empresas que dependem que os insumos sejam liberados para produzir

risco de paralisação, sobretudo porque já passamos por uma greve que se arrastou por cerca de dois meses e conhecemos os efeitos", constatou.

Já o presidente nacional do Sindifisco-AM (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Amazonas), Eduardo Toledo, argumenta que a falta de mão de obra e as atuais condições de trabalho da categoria comprometem a correta execução da atividade. "O polo industrial cresce, o número de

PPBs (Processos Produtivos Básicos) aumenta e precisamos fazer uma fiscalização minuciosa para saber se eles estão sendo cumpridos. Do jeito que está, corremos o risco de atenção e ser injustos com o modelo Zona Franca de Manaus", admitiu.

Wilson Périco destaca que já existe um movimento de paralisação, uma vez por semana no desembaraço das mercadorias, fato que já vem causando atraso no cronograma das atividades industriais. Caso não se chegue

a um consenso, no dia 9 de maio a greve será estabelecida.

Ele enfatizou ainda que a atitude dos órgãos da indústria não significa adesão ao movimento grevista e sim uma defesa pela economia do PIM. "No entanto, acreditamos que o mínimo que esses profissionais precisam é de aumento de pessoal, uma vez que a defasagem de mão de obra é enorme, e de condições mínimas de trabalho no recinto alfandegário", apontou.

Foto: Walter Mendes

Reivindicações

Sem reajuste salarial desde 2008, Eduardo Toledo informou que a categoria pleiteia aumento de 30,19% e concursos públicos para aumentar o quadro funcional defasado em aproximadamente 60% entre as alfândegas dos portos e do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Segundo o Sindifisco-AM, atualmente são 16 auditores fiscais no aeroporto, menos da metade ideal, e 60 na alfândega portuária, quando o necessário seriam 230 profissionais.

"Duas reuniões foram realizadas como o Cieam, uma no dia 11 e outra no dia 18 deste mês e os nossos pleitos foram protocolados e reivindicados na carta. Nosso receio é de que, caso a estratégia não funcione, as negociações sejam proteladas até o dia 31 de agosto, já que depois dessa data não se pode mais fazer alterações salariais, como ocorreu no ano passado", lamentou.

A próxima reunião ficou marcada para o dia 12 de maio.

Por dentro

A CARTA

- Assinaram o documento representantes da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), o Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) e da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Amazonas.
- Na carta os representantes lembraram que o faturamento e a mão de obra gerada cresceram 81,02% e 21,24%, respectivamente, entre 2006 e 2011. Os números foram anexados para reforçar a importância do modelo ZFM.

Unificação do ICMS preocupa Sindifisco

Proposta de unificar em 4% as alíquotas sobre importados é visto como risco pelos trabalhadores da área fiscal

O Projeto de Resolução nº 72/210, que unifica em 4% as alíquotas do ICMS sobre os produtos importados movimentou várias entidades de classe no começo desta semana, que se

mostraram preocupadas com o efeito que a medida poderá causar na competitividade da indústria incentivada do Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Funcionários

Fiscais do Estado Amazonas (Sindifisco), Joaquim Corado, o dispositivo traz iminente risco à competitividade do PIM em relação aos produtos aqui fabricados, notadamente, os do polo eletroeletrônico, que pos-

suem quociente de importação. "Como está a redação do PRS, o Amazonas deverá praticar a alíquota interestadual fixada pelo Senado juntamente com os demais Estados. E, neste caso o art. 40, do ADCT não exime

a ZFM do cumprimento da nova alíquota interestadual", afirmou.

Ainda segundo Corado, os produtos aqui industrializados que possuam 40% de quociente de importação, mas quando re-

metidos para outros Estados terão a alíquota de 4%, gerando crédito fiscal de apenas 4%, o que inviabilizará os incentivos fiscais concedidos pelo Amazonas, constituindo a operação transferência de receita de ICMS para o Estado de destino.

"É o caso do polo eletroeletrônico, o principal do PIM, onde 44% dos insumos utilizados são oriundos do exterior, e é responsável por 41,71% do número de empregos no setor que, no total, representa 46.017 dos cerca de mais de 110 mil do polo. Está mais do que provada a importância deste polo para a economia do Estado, e sua derrocada terá consequências inimagináveis para o futuro da sociedade amazonense e para a região", alertou.

Por fim, o presidente do Sindifisco lembrou que, atualmente, as operações de saídas dos produtos industrializados no PIM são tributadas em 12% onde incide o crédito estímulo, mas pelo que está sendo proposto o crédito estímulo seria sobre 4%. "Como atrair ou manter a competitividade do polo eletroeletrônico? A saída para preservar o produto industrializado no PIM é a exclusão, na Resolução nº 72, dos produtos industrializados, mas mantendo a regra somente para os produtos importados destinados à comercialização", concluiu.

A votação do projeto, que deveria ter sido acontecido na quarta-feira no Plenário do Senado Federal, foi adiada para a próxima segunda, 23.

sim & não

Abismo entre bancada e empresários

A grita dos empresários do Polo Industrial de Manaus contra a Resolução 072, que unifica o ICMS interestadual de importados, expôs o distanciamento que há entre o setor e a classe política do AM. Isso porque o choro dos empresários ocorreu na quarta-feira, mesmo dia em que a bancada do Estado comemorava a aprovação do texto no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Mais abissal fica a distância, se for levado em conta que o projeto tramita na Casa há dois anos.

Aniversário que repercute

Edição especial dedicada a solução de problemas de Manaus foi o marco de mais um ano do jornal de Umberto Calderaro

Durante todo o dia de ontem, no aniversário de 63 anos de A CRÍTICA, a Rede Calderaro de Comunicações (RCC) recebeu mensagens que destacaram a importância da empresa e do caderno especial que debateu os problemas de Manaus com profissionais da cidade.

"Gostaríamos de destacar o relevante papel desempenhado pela A CRÍTICA, bem como de toda a Rede Calderaro de Comunicação em defesa do nosso Estado e do desenvolvimento do modelo ZFM", disse o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira.

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Gaitano Antonaccio, disse que o jornal é referência regional, resultado do esforço e do trabalho de seu fundador, o empresário e jornalista Umberto Calderaro Filho. "Sempre de mãos dadas com o povo e com o coração entregue à Região Amazônica, hoje, transformado na Rede Calderaro de Comunicações, graças ao empenho de seus sucessores e abnegados colaboradores, congratula-se com a passagem de mais um ano de existência, rogando a Deus que continue protegendo a família Calderaro, que soube dignificar a cada instante, a criatividade e a coragem de seu grande comandante

Saiba mais

>>Legado

O empresário Paulo Girardi destacou o legado deixado pelo empresário e jornalista, Umberto Calderaro Filho. "A CRÍTICA tem história para contar! É uma alegria vê-la ampliando o legado dele", diz.

Umberto Calderaro Filho".

O superintendente da Sudam, Djalma Melo, destacou o jornalismo ético e de qualidade realizado por A CRÍTICA. "Este importante veículo de comunicação certamente honra a todos os amazonenses e dignifica o trabalho do inestimável jornalista Umberto Calderaro Filho, que com dedicação e ousadia fundou o jornal de maior credibilidade do nosso Estado".

Certo da contribuição que o jornal exerce, na área de saúde, o secretário Estadual de Saúde, Wilson Alecrim, enviou suas felicitações. "Ressaltamos a importância do trabalho de cada profissional que diariamente se dedica a missão de levar informação precisa e de qualidade aos leitores".

Já o secretário municipal de Saúde, Francisco Deodato, lembrou a história do veículo no



Debate marcou o 63º aniversário de fundação de A CRÍTICA e ofereceu soluções para problemas graves da cidade

processo de desenvolvimento da região. "A trajetória vitoriosa já se confunde com a história do Amazonas e, principalmente, de Manaus".

Jornalistas que fizeram parte da edição especial de 63 anos de

A CRÍTICA também fizeram questão de registrar felicitações pelo veículo. "Fiquei feliz pelo convite para participar do aniversário de A CRÍTICA, contribuindo com ideias para melhorar esta nossa Manaus que

tem tudo para ser feliz. Neste dia, em especial, me vem a imagem do grande ser humano que foi o 'seu' Calderaro, e da importância que conviver com vocês na Redação desse grande jornal teve para a minha vida", lem-

brou a jornalista e escritora Leyla Leong.

A jornalista Francisca do Vale lembrou que A CRÍTICA fez parte de sua vida profissional. "Aproveito a arte do Rui Machado para parabenizar o jornal pelos seus 63 anos de existência, 30 dos quais tive a honra de participar dessa família...jamais esquecer o grande mestre Umberto Calderaro Filho. Hoje, ao ler o jornal, tive a certeza de que ele continua! De mãos dadas com o povo".

O empresário Belmiro Vianez Filho disse que acompanha a trajetória do jornal. "Cristina, continuo na platéia admirando seu talento administrativo e comemorando suas vitórias".

O conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas, Júlio Pinheiro também enviou sua mensagem ao jornal. "Que o legado deixado por Umberto Calderaro Filho, até hoje fielmente seguido por sua família, continue sendo a mola propulsora das bandeiras que o Jornal A CRÍTICA encampou, ao longo desses anos, por uma sociedade mais justa", disse.

O médico Jorge Masullo de Aguiar destacou o triunfo do Jornal A CRÍTICA durante seis décadas de atuação no Amazonas. "Parabéns por mais um ano de vitórias".

Prejuízo de R\$ 150 mi

Cieam avalia que este poderá ser o rombo diário na economia do PIM, caso as auditores paralistem

CINTHIA GUIMARÃES
cynthiaguimaraes@acritica.com.br

A iminente greve dos auditores fiscais da Receita Federal no Amazonas – ontem eles realizaram a terceira paralisação seguida de advertência nos postos aduaneiros da capital –, já põe em alerta o Polo Industrial de Manaus (PIM) e suas possíveis consequências para a economia local. O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, estima que o prejuízo fique em torno de R\$ 150 milhões diários, caso os fiscais que fazem o desembaraço de mercadorias e insumos nos portos e do aeroporto decidam cruzar os braços no próximo mês.

A estimativa leva em consideração o prejuízo gerado pela última greve da categoria, realizada há três anos. “Em 2009, o impacto da greve foi muito grande para a economia do Estado. Se vierem a entrar em greve de novo e for afetado em sua totalidade, como foi em 2010, teremos perda de faturamento e custos de funcionários, que poderão chegar a R\$ 150 milhões de prejuízos”, revelou Périco.

Outra grande preocupação da indústria e dos próprios fiscais é subida de nível do rio Negro que ameaça atingir as instalações da Alfândega do Porto de Manaus, no Centro, semelhante ao que ocorreu durante a cheia recorde de 2010.

O presidente do Sindicato

Saiba mais

>> No vermelho

A indústria teme com uma greve resultados ainda mais negativos que os já registrados. O trimestre na geração de empregos teve desempenho negativo de 1.387 postos, a maioria na indústria de transformação, segundo o Caged.

dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco-AM), Eduardo Toledo, atenta que o Porto de Manaus, apesar de movimentar o maior volume de cargas para a atividade econômica no Amazonas, opera com apenas 29% da capacidade de servidores que realizam o trabalho alfandegário. Ou seja, de 200 fiscais necessários, só atuam 60 profissionais.

“A alfândega está correndo risco de alagamento e de ter uma enchente ser maior que em 2009. O Centro ficará intransitável. Ainda não existem recursos extraordinários para deslocar auditores a outros prédios”, informou Toledo.

PLEITO

Os auditores fiscais da Receita Federal em todo o País planejam entrar em greve a partir do dia 9



Greve e cheia do rio preocupam indústria e comércio. Em 2009, a enchente atingiu a Alfândega do Porto, no Centro



Périco teme falta de insumos e perdas na indústria



O sindicalista Eduardo Toledo diz que governo ignora a classe

Blog

Ralph Assayag

PRESIDENTE DA CÂMARA DOS
DIRIGENTES LOJISTA DE MANAUS

“Vamos agendar uma reunião na próxima semana com inspetor da Receita Federal e já nos reunimos hoje (ontem) com os importadores. As condições da Alfândega do Porto já estão atrapalhando nosso trabalho. A liberação de cargas está lenta, parece que estão realizando uma ‘operação tartaruga’. Se não conseguirmos resolver, toda carga do dia das mães ficará retida no porto. Daqui a pouco acaba a o estoque, não conseguimos repor, não terá venda, a população vai sofrer a arrecadação vai cair. Isso é preocupante demais”.

maio, caso o Governo Federal ignore a proposta de reajuste salarial da classe, já que alegam estar desde 2008 sem qualquer aumento. A categoria pede, inicialmente, 30% de reajuste e melhores condições de trabalho. Até lá, eles pretendem fazer paralisações semanais.

CARTA

Para tentar evitar o transtorno da greve, o Cieam apelou para o Governo Federal no intuito de mediar uma negociação nacional. No último dia 17 de abril, a entidade enviou correspondências à ministra Miriam Belchior (do Planejamento) com cópia para Presidência da República e ao chefe Casa Civil, sobre a questão da greve dos auditores e a precariedade da infraestrutura dos órgãos de fiscalização na Zona Franca de Manaus.

Unificação do ICMS no país pode ameaçar PIM

A indústria do Amazonas pode ser prejudicada caso seja aprovada alíquota de 4% no imposto sobre importados

A proposta de unificação em 4% das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) dos importados, a ser apreciada, na próxima semana, no plenário do Senado, pode reduzir a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado Amazonas (Sindifisco), Joaquim Corado, o dispositivo traz iminente risco à competitividade dos produtos fabricados no PIM, principalmente

os do polo eletroeletrônico, que possuem quociente de importação. "Com o projeto do Senado, o Amazonas deverá praticar a alíquota interestadual igual aos demais Estados, pois o artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não exime a Zona Franca de Manaus (ZFM) do cumprimento da nova alíquota interestadual", afirmou.

Ainda segundo Corado, os produtos industrializados aqui e que possuam 40% de quociente de importação, quando remetidos para outros Estados terão crédito

fiscal de apenas 4%, inviabilizando os incentivos fiscais concedidos pelo Amazonas. "É o caso do polo eletroeletrônico, o principal do PIM, onde 44% dos insumos utilizados são oriundos do exterior. O polo é responsável por 41,71% do número de empregos no setor. São 46.017 pessoas das cerca de 110 mil do PIM", disse. Segundo ele, está provada a importância do polo eletroeletrônico para a economia do Estado e a derrocada "terá consequências inimagináveis para o futuro da sociedade amazonense e para a região", alertou.

Empresas multadas por infrações trabalhistas

Multas de R\$ 655 mil são aplicadas a 44 empresas no Estado. Denúncias trabalhistas foram feitas no período de 2004 a 2010

LUANA GOMES

Especial EM TEMPO

Denúncias de infrações trabalhistas, no período de 2004 a 2010, resultaram em R\$ 655 mil em multa a 44 empresas no Amazonas. As cobranças são feitas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE-AM) e o montante será direcionado aos cofres da União. As penalidades foram aplicadas pela Procuradoria Geral da Fazenda.

Dentre as empresas em débito, a representante do setor

acompanhou o caso de infração às leis trabalhistas, existem processos de aproximadamente 562 ex-funcionários contra a empresa. Conforme o cálculo da entidade, as dívidas ultrapassam os R\$ 12 milhões.

O dirigente argumentou que a expectativa de rever esse montante é pessimista. Isso porque a intenção da categoria é conseguir as cifras a partir das vendas dos maquinários, únicos pertences deixados pela diretoria da empresa, tendo em vista que o prédio era alugado.

'CAMPEÃ'

A indústria de termoplástico amazonense Cosmosplast ficou com as duas infrações de maior valor, com R\$ 107,20 mil e R\$ 83,42 mil, segundo publicação no Diário Oficial da União

plástico, Cosmosplast, respondeu por autos de infração que totalizaram em torno de R\$ 214 mil. No ano anterior, trabalhadores da empresa chegaram a ocupar instalações da fábrica, na tentativa de rever os salários atrasados, especialmente com os sinais de falência. Das quatro multas aplicadas à empresa, duas representaram as infrações de maior valor das que foram divulgadas, com cifras de R\$ 107,20 mil e R\$ 83,42 mil.

Segundo informações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Manaus (Sindplast), Francisco Brito, que

Contudo, embora a época os equipamentos tenham sido avaliados em um valor suficiente para a indenização, Brito observou que, até o final dos processos, eles não vão ter o mesmo valor, devido a deteriorização.

Além da empresa do ramo de plástico, outros também aparecem, como a Construtora Camargo Corrêa, com uma dívida de R\$ 36,03 mil, e a Vidraçaria Brilho Ltda., com R\$ 32,88 mil.



Empresas multadas por infrações trabalhistas (continuação)

Notificações foram recusadas

O titular da Superintendência, Dermilson Chagas, argumentou que os autos de infração foram publicados na imprensa oficial devido à impossibilidade de notificar essas empresas via Correios. Chagas ponderou que os endereços que constam no banco de dados do órgão recusaram o recebimento.

Por tratar de processos de confidencialidade, a superintendência não divulga as causas que culminaram na aplicação de multas, mas os casos podem variar conforme o número de trabalhadores que fazem a acusação e se a empresa for reincidente. “Nesse ponto, a multa pode ser dobrada”, determinou.

De acordo com a portaria, as multas devem ser pagas

no prazo de dez dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação do edital. No mesmo prazo, cabe a interposição de recurso.

Para comprovar o pagamento, as empresas devem apresentar a confirmação à Superintendência, com intuito de ser juntado ao processo para arquivamento ou seguimento do recurso interposto.

Após o prazo, a falta de comprovação do recolhimento deve resultar na inscrição dos autos no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) da União ou posterior cobrança executiva judicial. Chagas lembrou que, a partir dessa decisão, as empresas devem ficar com restrição de rea-

lizar outros empréstimos e financiamentos.

Multa mínima

Além das multas altas, outras com valor ínfimo também foram publicadas, como no caso da empresa Norte Nordeste Madeireira Ltda., com multa na ordem de R\$ 62,19.

Um dos sócio-proprietários da empresa, Francisco da Silva, comentou que não lembrava da multa a ser paga e que precisava verificar com o setor jurídico da empresa. Silva ponderou que a empresa chegou a pagar outras multas e recorreu a algumas. Embora não saiba o motivo da infração, ele estranhou o fato de um valor tão pequeno precisar de divulgação no Diário Oficial.

Balanco no primeiro trimestre

Conforme balanço da superintendência, no primeiro trimestre deste ano foram aplicadas multas em um total de R\$ 13,29 milhões, valor 43,96% superior ao de igual período do ano anterior (R\$ 9,77 milhões), uma diferença de R\$ 3,52 milhões.

Ainda assim, as multas recolhidas nesses primeiros três meses representaram apenas 14,06% da fatia total, com um total de R\$ 1,87 milhão. No ano anterior, as multas recolhidas registraram cifras de R\$ 870,96 mil.

Perda com paralisação de auditores chega a US\$ 150 mi por dia

▼ Ontem, desembaraço de mercadorias foi suspenso

TEXTO Daisy Melo

MANAUS

Os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil no Amazonas suspenderam, ontem, os desembaraços de mercadorias e do trânsito aduaneiro em Manaus. O ato nacional é uma advertência para que o governo federal atenda às reivindicações da categoria. O prejuízo aproximado para todo o Polo Industrial de Manaus (PIM), por dia de paralisação, é de US\$ 150 milhões.

A estimativa é do presidente do Centro da Indústria do

Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco. "É preocupante, sentimos o impacto em cada dia que eles param, esperamos que ocorra um diálogo com o governo federal para que se encontre uma solução para esse impasse e a economia do Estado não sofra mais com isso", disse. Segundo ele, a categoria prometeu entrar em greve a partir de 11 de maio, caso não haja negociação.

As exigências dos funcionários da Receita são melhores condições de trabalho, maior quantitativo de auditores, porte automático de arma, adicional de fronteira e de zona inóspita e remuneração das perdas

inflacionárias desde 2008.

O aumento salarial reivindicado é de 30,19%, sendo que a remuneração inicial dos profissionais é de R\$ 13 mil, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil no Amazonas (Sindicato Nacional-AM), Eduardo Toledo. "Isso mostra o descrédito do governo federal, que não valoriza a categoria, não fornece condições para desenvolver suas políticas públicas".

O Aeroporto Internacional Eduardo Gomes opera com efetivo de auditores 50% inferior ao ideal e a Alfândega do Porto de Manaus com 30% a menos, segundo Toledo.

FRASE



Wilson Périco.
Presidente do
Cieam

Outra questão preocupante para a atividade aduaneira é a subida do rio, que deve ser pior do que em 2009 e pode comprometer a movimentação de cargas no Chibatão e Superterminais"